

SEPARATISMO—FEDERALISMO: NOVAS ROUPAGENS, MODELOS ANTIGOS

Yeda Gütfriend*

I Ato — Separatismo: "Como é Antiga Esta Cantilena !"

Pairam no ar do Rio Grande do Sul idéias que talvez para alguns apresentem um sabor de novidade. No entanto, em verdade, são bastante antigas, acompanhando a própria história do Estado gaúcho. O vocábulo mais pronunciado e discutido, que sintetiza tais idéias e centraliza as atenções de políticos e intelectuais e boa parte da população, é separatismo. Encontra-se articulado com ele o conceito de federalismo, que, aliás, em boa hora, vem granjeando adeptos. Ambos, desde a entrada de 1993 e principalmente nos últimos meses, apresentam-se quase que diariamente na imprensa gaúcha e, com certa regularidade, a nível nacional.

Em fevereiro, na imprensa paulista, sob o título **Dossiê Separatismo — I**, duas manchetes avultam: "Separatistas somam insatisfação e preconceito" e "Sulistas lançam 'República do Pampa' em maio" (FSP, 21.2.93, p.12).

Notas ocupam página inteira do jornal, historiando o movimento, suas propostas, seu processo de encaminhamento, opiniões de políticos, como a do Governador do Estado do RS, a possível vinculação do movimento com idéias nazistas, etc.

Desde então, através de pequenas ou de grandes notícias, periódicos, canais de rádio e de televisão, momentos políticos, bem como programações em escolas e universidades vêm reservando espaços para tais discussões.

Durante os meses de maio e junho (afinal, desde o início do ano era conhecida a data da proclamação da República do Pampa), os meios de comunicação exploraram abundantemente o assunto. Dentre várias notas, podemos selecionar as que seguem.

Conhecido jornalista e escritor escreveu em jornal local sobre as "(...) brotoejas separatistas que apareceram na epiderme gaúcha (...)", mas não se mostrava preocupado, pois a "(...) erupção cutânea era de natureza benigna (...)" (REVERBEL, 1993).

Duas semanas mais tarde, Décio Freitas, em um artigo intitulado **Anti-separatismo**, buscava, no passado histórico americano, as influências sofridas pelos primeiros movimentos libertários do Brasil, destacando os desejos federalistas de várias insurreições, inclusive gaúchas (FREITAS, 1993).

Logo a seguir, o Caderno de Cultura do jornal **Zero Hora** trouxe um dossiê com o título **Separatismo** e a seguinte chamada: "A partir desta página, Zero Hora discute a questão do separatismo sob pontos de vista diversos. Aqui, o historiador encontra causas que remontam ao início da colonização e se seguem depois (...)" (ZH, 26.6.93).

* Professora de História da UNISINOS.

Em outro artigo, Décio Freitas, através de um exercício histórico, uma vez mais analisa o isolamento do RS, as dificuldades dele decorrentes, inclusive a falta de força política do Estado para influir nacionalmente; segundo o autor, tais sentimentos se apresentam sob a forma de frustrações, surgindo, em decorrência, "(...) devaneios secessionistas, de setores da sociedade gaúcha (...)" (FREITAS, 1993a).

Contemporaneamente, o "35" — Centro de Tradições Gaúchas — lançou, sob a forma de A Pedido, um manifesto contra o separatismo:

"Face à matéria veiculada na Rede Globo de Televisão, em seu programa 'Fantástico', levado ao ar no último dia 02 de maio, sobre o tema 'Separatismo', oportunizando condições a que opiniões descabidas por origem e na forma banhassem de ridículo todo o Rio Grande e o Brasil, fazendo crer que todo o gaúcho abdicara da cidadania brasileira, trocando o Brasil por AQUÍLO apresentado como novo país. Como brasileiros e gaúchos, tradicionalistas militantes do Movimento Tradicionalista Gaúcho — (MTG), e integrantes do '35' — Centro de Tradições Gaúchas, entidade pioneira do movimento organizado e modelo estatutário de todas as outras demais entidades tradicionalistas no Rio Grande do Sul e fora dele, pois que mais de 1.500 existentes buscam os mesmos objetivos e finalidades, sentimo-nos na obrigação cívica de fazer este manifesto aos irmãos do Rio Grande.

"Por todo um caminhar que a história registra, nossa gente soube optar e se afirmar brasileira.

"Somos brasileiros e ninguém é mais do que o gaúcho. Isso foi visível em todos os momentos em que se fez necessário. Somos brasileiros a despeito de tudo: até mesmo diante do posicionamento geopolítico que nos liga mais ao Prata do que aos demais Estados do norte. Nossa brasilidade foi conquistada a pata de cavalo, na ponta das lanças, no sangue dos construtores dessa terra e reafirmada na saga farroupilha, quando clamávamos por justiça, por reconhecimento e pela federação dos Estados republicanos (...)

"O Poder, no Brasil, está centralizado, como sempre esteve, em mãos que o exercitam sem levar em consideração as potencialidades e os anseios regionais, igualando realidades completamente diferentes. Chamar o Brasil de República Federalista não traduz a verdade, pois vivemos um Estado unitário, não representativo da sociedade em seus estratos regionais (...)"

É um longo manifesto que critica o separatismo, clama pela federação e assegura que o RS sempre foi, é e sempre será Brasil.

A imprensa continuou reprisando o assunto, e outro artigo, **Síndrome Separatista**, recolocou os problemas (FREITAS, 1993b).

Poucos dias depois, o jornal paulista **Folha de São Paulo** incluiu em sua edição uma pesquisa da Datafolha com a manchete: "32% apoiam o separatismo em Porto Alegre". A reportagem sintetiza as últimas ocorrências no Estado, destacando as manifestações, os encontros de adeptos do separatismo, os manifestos, a multiplicação de grupos compactuando com tais idéias, a reação do Governo aos níveis estadual e federal (FSP, 23.5.93).

A essa listagem é possível acrescentar outras tantas adesões, porém é necessário que se coloque que o discurso separatista não é exclusivo do RS; também no restante do País ele se apresenta e possui um passado histórico. Desde o período colonial, passando pelo Império, houve movimentos secessionistas. A história do Brasil é rica desse tipo de ocorrências, que seguem surgindo até a atualidade.

Articulando-se as manifestações do sul às do nordeste do País, vê-se em manchete na imprensa: "A onda separatista descobriu o horário nobre".

A matéria discorria sobre uma canção que se transformou no hino do desagravo nordestino: Nordeste Independente. Segundo o jornal, "(...) um manifesto visionário que propõe a criação de um novo país cujas fronteiras excluiriam todos os estados abaixo de Salvador".

Ao ar livre, em Recife, milhares de pessoas cantavam o refrão:

"Imagine o Brasil ser dividido
E o nordeste ficar independente".

O hino do ressentimento nordestino ao movimento separatista no sul foi lançado há vários anos, em 1983, e, pelo sucesso, recebeu uma gravação, porém a censura proibiu a sua divulgação pelas emissoras de rádio e de televisão (FSP, 2.7.93).

Portanto, discursos e movimentos separatistas sucedem-se no RS, no Brasil e pelo Mundo afora. A fragmentação do Leste Europeu, a multiplicação fantástica de países, a divisão de muitos destes em nações soberanas atestam o vigor de sentimentos locais de identidade e de coesão, multiplicando países. É o triunfo do regional que passou a lutar e a exigir contornos nacionais.

No caso específico do RS, o objeto do ensaio, reafirmando a longevidade dessas idéias separatistas e/ou federalistas, é possível localizar o seu recrudescimento em vários momentos, conforme as conjunturas econômico-sociais e políticas. Destes, é possível destacar dois momentos históricos que mostram com clareza os debates político-ideológicos em torno de tais idéias.

Nesses momentos, percebe-se a artimanha político-ideológica, que joga ora com a aspiração política do RS em se atrelar ao Brasil (século XX, principalmente a partir da década de 20), ora com a insistência em mostrar um RS capaz de sobreviver independentemente do resto do Brasil.

II Ato — "O RS Pode Viver Independentemente!"

Na fase da propaganda republicana, é possível perceber um tom nos discursos que insistia no horror à centralização do Império e no anseio de afrouxamento político-administrativo entre as províncias e o poder central. Os propagandistas republicanos desejavam a federação, afirmando que, com a descentralização, a unidade nacional estaria garantida e, com a centralização, ocorreria o desmembramento das províncias.

Em se tratando do RS, os artigos do jornal republicano **A Federação** seguiram esse rumo, acompanhados por manifestações de políticos republicanos e simpatizantes.

A historiografia também apresentou essa orientação nas obras de história que se produziram no final do século XIX, notadamente **História Popular do RS**, **História da República Rio-Grandense**, ambas de 1882, e **RS: descrição física, histórica e econômica**, de 1897 (LIMA, 1983; ASSIS BRASIL, 1982; VARELLA, 1897). Todas elas, no esforço para justificar a federação e a república desejadas, passaram a destacar a originalidade do RS, diferenciando-o do restante do Brasil. As duas primeiras enalteciam o regime político, ainda em fase de propaganda no RS, enquanto a última elogiava suas vantagens já postas em prática no Estado, em moldes positivistas.

Tratava-se de uma reorientação, pois, até então, estava sendo construída a história do RS a partir da ótica portuguesa, vinculada ao restante do Brasil. O Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP), fundado na segunda metade do século XIX e que teve curta existência, entre suas proposições deixara clara a naturalidade das relações da Província sulina com o Império e, inclusive, estabelecia como condição para tornar-se sócio efetivo da agremiação a apresentação pelo candidato de um trabalho sobre História ou etnografia do Brasil e, além disso, considerava conveniente a filiação no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Assim, essa orientação era agora desviada, pois o discurso historiográfico passou a descortinar um RS não mais voltado para o Brasil, mas para si mesmo. Além do mais, reconhecia a proximidade com a área do Prata e as possibilidades de sobrevivência sem o concurso nacional, graças às suas potencialidades, a seus interesses econômico-financeiros específicos e à diversidade que apresentava em relação às demais províncias brasileiras.

Os próprios autores das obras em análise afirmavam que elas tinham sido escritas a pedido do Clube 20 de Setembro, fundado por republicanos gaúchos, então estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, em comemoração a mais um aniversário da Revolução Farroupilha. Portanto, utilizavam a História com fins político-ideológicos imediatos: a propaganda republicana.

O recurso que utilizaram partia da Geografia Física, justificando a necessidade de autonomia. Nessa perspectiva, Alcides Lima, autor da primeira obra acima identificada, defendia:

"O Rio Grande, pela sua posição de fronteira, pela natureza do seu solo e clima, pelos costumes da sua população e índole livre dos seus filhos, pelo seu comércio e agricultura, precisava, como precisou sempre, de uma administração e política específicas, particulares, que o colocassem em pé de igualdade e competência com seus vizinhos" (LIMA, 1983, p.74).

Os vizinhos aos quais o autor se referia eram os habitantes da região platina, segundo ele, rivais em tudo: na posse do território, no comércio de carnes, na indústria de charqueada e na agricultura dos campos.

Assis Brasil, por sua vez, reforçava a visão de que o RS era uma terra que podia viver dos seus próprios recursos, chegando a afirmar que "se pode chamar de um mundo à parte" (ASSIS BRASIL, 1982, p.12). Sua tese estava fundamentada na originalidade do RS, daí as críticas à centralização, por ser ela contra a "ordem natural das coisas", antagônica à "índole do povo" (ASSIS BRASIL, 1982, p.35). Buscava no próprio processo histórico, nas campanhas bélicas, o "espírito" de independência da província.

De forma semelhante aos dois autores acima citados, Alfredo Varella, na defesa dos laços federativos e cantando loas à República já instalada, reforçava a especificidade do RS, aproximando-o do Prata. Afirmava que o seu território mais se ligava aos orientais que aos brasileiros, pois com estes "não existia o forte laço de amor" (VARELLA, 1897, p.111). A dificuldade de comunicações e o passado de lutas teriam gerado valores, qualidades físicas e morais distintas no povo sul-rio-grandense. Disso decorre a afirmação: "(...) e é nele [RS] que finda a natureza brasileira e começa a estranha. Isto é uma verdade, sob o aspecto topográfico, e até mesmo geológico, botânico e zoológico (...)(VARELLA, 1915, p.10).

Esse conjunto de obras respondia a necessidades conjunturais, abarcando o período da propaganda e a justificativa da implantação do regime republicano e do sistema federativo de governo no RS. Foi a defesa deste último — a federação — que os levou a reorientar o discurso historiográfico, destacando a singularidade do RS. De forma cristalina, ocorreu o uso da História pela política, com a assertiva: o RS pode viver independentemente do restante do País.

Transpondo o século XIX, alcançando o período final da denominada República Velha (1889-1930), um outro quadro se apresenta, oposto ao anterior.

III Ato

1º personagem: A Revolução Farroupilha não foi separatista!

2º personagem: A Revolução Farroupilha foi separatista!

Desde a década de 20, o ambiente intelectual e político do RS preparava-se para as comemorações do Primeiro Centenário da Revolução Farroupilha, que ocorreria em 1935. Aurélio Porto, figura de projeção no ambiente cultural gaúcho, sócio-fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, encontrava-se no Rio de Janeiro, trabalhando com a documentação sobre a Revolução. O movimento revolucionário passou a ser apresentado como pioneiro entre os que ocorreram contemporaneamente em várias províncias, denotando um grande patriotismo, enquadrado no panorama da formação cívica brasileira.

Nessa época, anos 20, sedimentou-se uma interpretação da Revolução Farroupilha como brasileira e não separatista. Mansueto Bernardi, um líder desse momento histórico, assim expressava os sentimentos que passaram a caracterizar o RS: "Os que acusam a bandeira estadual de separatista não são sinceros em suas acusações ou não conhecem bem a história do RS" (BERNARDI, s.d., p.136).

Na ordem do dia, o nacionalismo avultava; dos radicalismos políticos gaúchos que caracterizaram o período anterior passou-se às conciliações, compunham-se "frentes únicas", e um líder da oposição assim justificava:

"(...) os rio-grandenses uniram-se porque depararam — todos ao mesmo tempo — um ideal que era comum a todos, fossem quais fossem as aparências que os dividiam (...). Todos nascemos republicanos, ainda que eventualmente alguns se tenham dispersado na teia superficial dos acontecimentos" (ASSIS BRASIL, 1929, p.80-81).

Os discursos políticos afirmavam que "o minuano precisa soprar em todo o país", e "1930" tornou isso possível. Com a denominada "Revolução de 30", um dos líderes do movimento, o gaúcho Getúlio Vargas, chegou ao poder nacional. Com ele, políticos e funcionários ocuparam cargos públicos em todos os escalões do Governo. O RS chegava à Capital do País, e um observador assim reagiu:

"O Jockey Club encheu-se de presenças insólitas. Lenços vermelhos coloriam-lhe os salões. Revólveres tumefaziam as nádegas de numerosos frequentadores novos (...) uns andavam de botas e usavam blusões de combate, amarrados com cinturões de soldado. O ridículo se insinuara no melodrama" (LOVE, 1971, p.269).

Enfim, o RS encontrava-se na liderança nacional, os anseios de abasileiramento do RS tinham continuidade, e o "agauchamento" do Brasil, mais precisamente da Capital Federal, fazia-se sentir pela presença dos sul-rio-grandenses.

Em síntese, sedimentara-se o projeto político-ideológico que insistia em mostrar um RS brasileiro desde o início de sua história, explorado e colonizado pelos portugueses, como o restante do País.

Nesse resgate histórico, a Revolução Farroupilha tornara-se o exemplo do esforço de brasilidade. Os membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), em sua grande maioria, se não totalidade, defendiam esse ponto de vista. Moysés Vellinho foi um líder dessa visão e, em 1979, em entrevista a Antonio Hohlfeldt sintetizou o pensamento gaúcho:

"Há, no entanto, creio, certo pensamento que surge já nos primeiros artigos literários escritos em torno de 1929 ou 1930, quando publiquei um trabalho na 'Revista do Globo' e onde clamava pela morte de D. Quixote, encarnação de certos pruridos separatistas que ainda vicejavam entre nós. Sempre defendi o princípio de unidade nacional. Este pensamento é constante em tudo que tenho escrito (...). Creio visceralmente que esta unidade é a própria razão da existência da vida brasileira, e a história do Rio Grande do Sul, fora disto, quase que perde seu sentido mais nobre. Quando se diz e se repete que o Rio Grande do Sul é o único estado brasileiro por opção, não encontro fundamento para esta afirmação. Somos brasileiros não por opção, mas por vocação histórica. Nascemos e crescemos brasileiros. Nunca poderíamos desertar de nós mesmos sob pena de perdemos a nossa identidade histórica" (CP, 6.1.79).

Através da construção de um passado histórico para o RS, que o igualava aos demais estados, resgatando a conquista e o povoamento do sul exclusivamente aos portugueses e luso-brasileiros, os liames da unidade nacional fortaleciam-se, tornando hegemônica a influência portuguesa e a brasilidade do gaúcho.

No entanto todo esse esforço vindo desde o início dos anos 20 viu-se de repente atropelado pelo lançamento dos volumes **História da Grande Revolução: o Ciclo Farroupilha no Brasil**, de Alfredo Varella, em 1933 (GÜTFRIEND, 1989, p.198-223).

A tese do autor afirmava ter sido separatista a Revolução Farroupilha e destacava a influência da Prata na história do RS.

Os membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul estabeleceram violenta polêmica com seu sócio-correspondente, autor da obra em questão. Em um parecer, a Instituição desafiava:

"(...) somos brasileiros de origem lusitana com todas as qualidades do tipo, resultantes da fusão do melhor português, do melhor silvícola americano e do melhor brasileiro. Refiro-me ao açoriano, ao guarani, ao mameluco paulista (...)" (VARELLA, 1934).

Alfredo Varella, um republicano da primeira geração, de grande influência política no início da vida republicana sul-rio-grandense, aferrava-se ao discurso tradicional do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), centrado nos ideais do sistema federativo. Varella autocaracterizou-se como "um republicano da velha guarda", defensor da autonomia política a nível estadual; temia a centralização, que, a partir de 1930, se concretizava no País. Afirmava sentir o sopro de uma aragem unitarista, que convinha aos desejos da geração sul-rio-grandense atual. Alfredo Varella discordava disso e permanecia defendendo a federação.

Mesmo estando próximo aos seus opositores, tanto em relação ao seu universo político quanto à representação social ou mesmo em relação às fontes históricas utilizadas, o discurso histórico-político de Varella estava defasado, em descompasso com o ritmo e o rumo da sociedade brasileira e sul-rio-grandense daquele momento histórico. Já os seus opositores desviaram o curso do discurso, inserindo novas palavras de ordem, articulando-se ao projeto de integração nacional surgido a partir de 1930.

Federalismo *versus* centralismo, Alfredo Varella *versus* representantes do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul estabeleceram uma polêmica, que se manifestou a nível historiográfico, apresentando pontos de vista discordantes na interpretação de um acontecimento histórico que ocorrera na primeira metade do século XIX. Porém, por trás dessa aparência, transpareciam preocupações presentes quanto às ocorrências históricas do momento, relativas às articulações do RS ao processo histórico brasileiro.

Os partidários do regime republicano já tinham construído uma história; dos ideais iniciais de defesa da República e da Federação, existentes na fase de propaganda e instalação dessa nova forma de governo, passaram a pregar outras propostas políticas. Agora não mais se queria mostrar um RS singular, mas, sim, semelhante aos demais estados; não mais desejavam a autonomia local, mas, sim, a centralização; era a vez, e as vozes defendiam sentimentos nacionais e não estaduais. Fazer uso de história para comprová-los teria sido uma tarefa fácil, se Alfredo Varella não tivesse, com a sua tese, investido contra a nova orientação. O tempo encarregou-se de diluir a questão, mas não a solucionou.

No sesquicentenário da Revolução Farroupilha (1985), obras foram reeditadas, novos trabalhos surgiram, todos defensores do não separatismo e da Revolução Farroupilha.

Alguns anos antes, em 1979, a obra **Raízes Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos**, nomeando os conflitos e campanhas militares das quais o RS participou, destacou que entre elas "a Guerra dos Farrapos, uma revolução separatista e republicana", foi a que mais danos causou à integridade da nação brasileira.

E é da mesma obra a afirmação:

"(...) quase todos os historiadores brasileiros têm posição contrária às interpretações do rio-grandense Alfredo Varella. Nas suas minuciosas pesquisas sobre a Guerra dos Farrapos, Varella demonstrou o caráter separatista da Revolução. Foi imediatamente alvo de hostilidade de grande número de escritores. Seu ponto de vista, principalmente no Brasil

nacionalista de hoje, é considerado como tendo atingido o limiar da traição. Não é minha intenção tomar partido nesta permanente controvérsia histórica, mas considero as pesquisas de Varella as mais sólidas e as mais completas" (LEITMAN, 1979, p.9-10).

Afinal, a Revolução Farroupilha foi ou não separatista? Ou melhor, qual o sentido atual da insistência desse aspecto? Não seria o caso de retomar a questão do federalismo?

Esses dois momentos históricos — a passagem do Império para a República e a da República Velha para a Nova — são demonstrativos de percepções e de embates de pontos de vista, além de demonstrativos da História como processo, como arma política utilizada por contendores, dos quais sairão vencedores e perdedores, cujos papéis não estão isentos de inversão ou mesmo coalizões.

O tema separatismo—federalismo, presente há muito na história sul-rio-grandense, retorna com vigor. Pontos de vista quicá ingenuamente equivocados "não querem mais" ser do Brasil; talvez queiram cantar o mesmo refrão nordestino, trocando o ponto cardeal; outros investem em discussões mais racionais, permanecendo a polêmica em torno do separatismo e do federalismo, o que nos permite afirmar que o que vemos nada mais é do que modelos antigos trajando novas roupagens.

No entanto, no contexto histórico brasileiro atual, o tema do federalismo deve ser apartado do separatismo. Não é mais possível sustentar os discursos dos **Atos I, II, e III** expostos anteriormente (**Como é Antiga Esta cantilena!; O RS Pode Viver Independentemente!; A Revolução Farroupilha foi separatista!; A Revolução Farroupilha não foi separatista!** respectivamente).

A questão do federalismo merece ser examinada com atenção em suas propostas. Aqui, sim, estamos diante de novo modelo e nova roupagem.

Bibliografia

- ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de (1929). **Atitude do partido nacional na crise da renovação presidencial - 1930-34**. Porto Alegre: Globo.
- ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de (1982). **História da república rio-grandense**. Porto Alegre: União de Seguros Gerais. (Primeira edição em 1882)
- BERNARDI, Mansueto (s.d.). **Bandeira nacional**. Obras completas. v.6.
- CORREIO DO POVO (6.1.79). Um velho chefe de clã lusitano em terras gaúchas. Porto Alegre, p.10-11, caderno de sábado.
- FOLHA DE SÃO PAULO (2.7.93). São Paulo, p.3, caderno 4.
- FOLHA DE SÃO PAULO (21.2.93). São Paulo, p.12, caderno 1.
- FOLHA DE SÃO PAULO (23.5.93). São Paulo, p.10, caderno 1.
- FREITAS, Décio (1993). Anti-separatismo. **Zero Hora**, Porto Alegre, 6 jun., p.4.
- FREITAS, Décio (1993a). Frustrações gaúchas. **Zero Hora**, Porto Alegre, 4 jul.
- FREITAS, Décio (1993b). Síndrome separatista. **Zero Hora**, Porto Alegre, 16 maio.

- GUTFREIND, Ieda (1989). **A construção de uma identidade**: a historiografia sul-rio-grandense de 1925-1975. São Paulo: USP/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. (Tese de doutoramento)
- LEITMAN, Spencer (1979). **Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos**: um capítulo da história do Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Graal.
- LIMA, Alcides (1983). **História popular do Rio Grande do Sul**. 3.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro. (Primeira edição em 1882)
- LOVE, Joseph (1971). **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Perspectiva.
- REVERBEL, Carlos (1993). Em pratos limpos. **Zero Hora**, Porto Alegre, 20 maio, p.4.
- VARELLA, Alfredo (1897). **RS**: descrição física, histórica e economica. Porto Alegre: Echevique e Irmão Livraria Universal.
- VARELLA, Alfredo (1915). **Revoluções cisplatinas**; a República Rio-Grandense. Porto: Chardron. v.1.
- VARELLA, Alfredo (1934). Parecer dos senhores Darcy Azambuja e Othelo Rosa sobre a história da grande revolução. **Revista do IHGRGS**, Porto Alegre, n.56, p.267-272.
- ZERO HORA (26.6.93). A história não deu unidade ao Brasil. Porto Alegre, caderno de cultura.